



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Apoio ao Gabinete

Ofício SEJUSP/ADM nº. 1393/2019

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2019.

À Sua Senhoria o Senhor
Gustavo Henrique Leal Sant'ana Vieira
Chefe de Gabinete
Secretaria de Estado de Governo
BH/MG

Assunto: **Encaminhamento (faz)**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0124000/2019-26].

Senhor Chefe de Gabinete,

Remeto o Relatório de Gestão da SEJUSP referente ao 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, para encaminhamento à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Atenciosamente,

Enio Moreira Azzi, Cel
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Enio Moreira Azzi, Chefe de Gabinete**, em 03/10/2019, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8025524** e o código CRC **B66AEEE2**.

Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-903

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA DE
ESTADO DE JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DE
MINAS GERAIS



2º CICLO, 2019
ASSEMBLEIA FISCALIZA

OUTUBRO 2019

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Comissão de Segurança Pública (SEP)

Informações sobre recomposição do efetivo dos sistemas prisional e socioeducativo, especificando-se o quantitativo do efetivo e o atual déficit dos sistemas.

A recomposição da força de trabalho dos sistemas prisional e socioeducativo busca preservar os efetivos existentes em 1º de janeiro de 2019. Em decorrência do encerramento de contratos individuais de agentes, a SEJUSP tem convocado candidatos aprovados em processos seletivos simplificados. Além disso, a Secretaria está realizando gestão junto à SEPLAG para a abertura de novos concursos públicos.

Quanto ao quantitativo de efetivo dos sistemas, encaminhamos as tabelas abaixo com dados extraído do Sistema de Administração de Pessoal (SISAP), mês de referência Agosto de 2019:

SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO				
CARREIRA	CARGOS PREVISTOS EM LEI/RESOLUÇÃO	QUADRO EFETIVOS	QUADRO CONTRATOS	SOMA
AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO	17.655	14.314	2.200	16.514
AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO	2.458	1.113	788	1.901

Apresentação do cronograma de nomeação dos 750 agentes prisionais do processo seletivo simplificado de 2018.

O processo de contratação de Agentes de Segurança Penitenciário visando a preservação dos os efetivos existentes em 1º de janeiro de 2019 encontra-se em andamento Processo Seletivo Simplificado (PSS) regido pelo Edital nº 001/2018 e destinado. Até agosto de 2019, foram realizadas 322 contratações temporárias imediatas, alusivas às vacâncias do 1º quadrimestre deste ano. Além disso, foi aprovada a contratação temporária de mais 431 candidatos aprovados no referido PSS.

Das 431 vagas supracitadas, em setembro de 2019, ocorreu a convocação de 353 candidatos, conforme cronograma abaixo:

CRONOGRAMA PSS - 353 candidatos	
Atividade	Data de Término
1. Análise das inscrições do edital interno de remoção	12/09/2019
2. Divulgação interna do resultado do edital	13/09/2019
3. Análise dos recursos (1 dia para apresentar recurso - 16/09)	18/09/2019
4. Divulgação interna do resultado final	19/09/2019
5. Envio das informações dos candidatos para a perícia	20/09/2019
6. Publicação no site dos candidatos a para entrega de documentação	20/09/2019
7. Divulgação no site da data e local de perícia de cada candidato.	24/09/2019
8. Realização da perícia.	27/10/2019
9. Convocação do candidato para assinatura do contrato.	17/10/2019 a 05/11/2019
10. Apresentação do prestador de serviço na UP.	dia seguinte à assinatura do contrato

Apresentação do cronograma de contratação de novos agentes socioeducativos e de realização de concurso público.

Atualmente, está sendo instruído Processo Seletivo Simplificado com o intuito de recomposição da força de trabalho do sistema socioeducativo, a fim de preservar os efetivos existentes em 1º de janeiro de 2019.

Informações sobre as graves denúncias de assédio moral e desvio de função sofridas por agentes socioeducativos e prisionais.

Informamos que todas as denúncias que chegam até a Sejusp são apuradas, conforme procedimentos previstos na legislação que trata do assunto.

Conforme prevê o Decreto 47.528, de 12 de novembro de 2018 que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a lei complementar nº 116, de 11 de janeiro de 2011, o qual dispõe sobre a prevenção e a punição do Assédio Moral na Administração Pública Estadual de Minas Gerais, o processo de Assédio Moral tem rito próprio e deve obedecer ao previsto na norma, conforme resumo abaixo:

1 - O servidor que se sentir ofendido deverá formalizar sua reclamação junto a Ouvidoria Geral do Estado - OGE (Sistema eletrônico disponibilizado na internet);

2 - Recebida a reclamação, a OGE fará contato com o reclamante para certificar-se da sua identidade e informar os procedimentos de tramitação da reclamação;

3 - Após a certificação com o reclamante, a OGE notificará a unidade setorial de recursos humanos do órgão ou entidade de lotação ou de exercício do agente público;

4 - A unidade setorial de recursos humanos formará Comissão de Conciliação com até 5 (cinco) membros, sendo dois indicados pelos próprios agentes públicos;

5 - Obtida a conciliação, será ela reduzida a termo assinado pelas partes, constando as soluções acordadas;

6 - Não havendo interesse das partes em participar de audiência de conciliação ou não obtido o acordo na fase de conciliação, a comissão devolverá a reclamação à OGE;

7 - A OGE encaminhará à Controladoria Geral do Estado - CGE a reclamação de assédio moral em que não foi obtida conciliação para a formulação de juízo de admissibilidade;

8 - Caso julgue pela admissibilidade, a CGE encaminhará a reclamação ao Núcleo de Correição Administrativa - NUCAD, para instauração do Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Além das denúncias que estão sendo processadas pela Diretoria de Atenção ao Servidor, existem, atualmente, 26 (vinte e seis) procedimentos abertos no NUCAD da controladoria Setorial da SEJUSP, para apuração de supostos assédios morais, sendo 23 (vinte e três) Procedimentos Administrativos Disciplinares - PAD's e 03 (três) Sindicâncias Administrativas Disciplinares - SAD's.

Informações sobre as escalas de trabalho dos agentes prisionais e dos agentes socioeducativos.

A Sejusp, juntamente com a Seplag, está realizando estudos detalhados sobre o regime de trabalho dos agentes de segurança penitenciário e socioeducativo. Os regimes atuais estão sendo analisados à luz da legislação vigente e considerando as especificidades locais e regionais.

Por exemplo, foi estabelecido um grupo de trabalho que estuda a possibilidade de regulamentar a prática do plantão 24x72, para os Agentes de Segurança Penitenciária (ASP). Além dos estudos realizados, o grupo multissetorial recebeu a contribuição dos representantes sindicais dos agentes e verificou como tem se desenvolvido a aplicação desse regime nos Estados de Santa Catarina e do Maranhão.

Informações sobre a previsão de oferta de cursos de capacitação continuada para os diretores de unidades dos sistemas prisional e socioeducativo.

A Superintendência Educacional de Segurança Pública realiza atividades de formação continuada para os servidores da Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP. No período de janeiro a setembro de 2019, foram realizadas 145 atividades de capacitação e treinamento, envolvendo 5.118 servidores, incluindo diretores de unidades dos sistemas prisional e socioeducativo.

Os Cursos de Capacitação de Gestores de Unidades Prisionais (CCGUP) e de Capacitação para de Gestores de Unidades Socioeducativas (CCGUS) estão sendo realizados em duas fases: a primeira, a distância, e a segunda, presencial. Foram disponibilizadas 250 vagas para o CCGUP e 40 vagas para CCGUS.

O CCGUP foi iniciado, contudo, em razão do deferimento da medida liminar impetrada pelo Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária de Minas Gerais (SINDASP-MG), o acesso sistêmico de todos os alunos ao sítio eletrônico foi suspenso até que seja julgado o mérito da ação.

Além disso, para os servidores de unidades prisionais, está em execução a Capacitação Prisional Básica - CPB, com carga horária total de 80 horas/aula, com sua fase a distância já finalizada e em status atual de fase presencial. Na modalidade à distância foram matriculados 749 servidores e para a fase presencial foram disponibilizadas 570 vagas de forma descentralizada

nas 19 RISP do estado de Minas Gerais. Ademais, já foram realizados 9 grupamentos de Treinamento com Arma de Fogo - TCAF COMPLEMENTAR - Arma de Apoio SMT. CAL.40 para os agentes prisionais.

Com relação aos servidores de unidades socioeducativas, no ano de 2019 já foram realizados diversos treinamentos que também contaram com a presença dos diretores, conforme discriminado abaixo:

CURSO	PESSOAL CAPACITADO	
	EFETIVO	MUNICÍPIOS
Metodologia do Atendimento Socioeducativo	402	Belo Horizonte, Divinópolis, Passos, Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, Montes Claros, Pirapora, Patos de Minas, Patrocínio, Unaí, Uberaba e Uberlândia
Justiça Restaurativa	348	Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Patrocínio, Pirapora, Teófilo Otoni, Uberaba, Passos, Uberlândia e Unaí
Protocolo de Notificação de Violência Autoprovocada no Sistema Socioeducativo	111	Ipatinga, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Pirapora, Montes Claros, Unaí, Passos, Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, Juiz de Fora e Muriaé
Proteção a Adolescentes Ameaçados de Morte e Desafios da Inserção Social nos Territórios	149	Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Juiz de Fora, Muriaé, Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, Ipatinga, Teófilo Otoni, Pirapora, Montes Claros, Unaí, Passos, Divinópolis e Sete Lagoas
Nova Metodologia de Profissionalização da SUASE/Legislação Básica Sobre Profissionalização para Adolescentes e Jovens	102	Belo Horizonte
Protocolo de Primeiros Socorros para Unidades Socioeducativas	204	Belo Horizonte e região metropolitana (RMBH)

Estão previstas, ainda, até o final do ano de 2019 as seguintes capacitações:

- ✓ Treinamento com Arma de Fogo - TCAF COMPLEMENTAR - Arma de Apoio SMT. CAL.40 (mais 8 grupamentos);
- ✓ Capacitação SUASE Centro Socioeducativo Lindéia - sob demanda do Ministério Público (2 turmas);
- ✓ Defesa Pessoal para Agentes Femininas (1 turma);
- ✓ Formação de Gestores Socioeducativos (1 turma); GIR (2 turmas);
- ✓ Lei de Acesso a Informação (2 turmas);
- ✓ Metodologia do Atendimento Socioeducativo (2 turmas);
- ✓ Operações com Cães (1 turma);
- ✓ Palestra sobre Previdência (1 turma);

- ✓ Treinamento Integrado com Retenção de Arma de Fogo (2 turmas) e Violência Institucional (1 turma).

Em oportuno, destaca-se que o público dos cursos supracitados é amplo e contempla tanto técnicos e agentes, quanto diretores de unidades prisionais e socioeducativas.

Elaboração e envio a esta Casa de projeto de lei para instituir a Lei Orgânica dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, de iniciativa privativa do governador do Estado, com vistas a normatizar as atividades dos agentes prisionais e dos agentes socioeducativos do Estado, incluindo a participação das categorias na elaboração do projeto.

Foi instituído na Sejusp grupo de trabalho gerido pelo Assessor Chefe Estratégico e pelo Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública, com objetivo de elaborar, analisar, consolidar e tratar os dados acerca da minuta do projeto de lei das carreiras do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo. Situação atual:

- ✓ Carreira de Agente de Segurança Penitenciário:

Deliberação feita com o Sindasp-MG e Amasp-MG; análise do impacto econômico e financeiro realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). A Sejusp já tem o modelo-base da minuta que, junto aos demais instrumentos jurídicos correlatos, tramitará em outros órgãos do Estado para análise, consolidação e envio à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

- ✓ Carreira de Agente de Segurança Socioeducativo:

Elaboração da minuta iniciada pela Sejusp; análise do impacto econômico e financeiro realizada pela Seplag; reuniões pendentes com as referidas classes representativas. As minutas se encontram em processo de elaboração, análise, consolidação e tratamento de dados, de modo que o acesso aos documentos utilizados como fundamento da tomada de decisão estará disponível a partir da edição dos respectivos atos decisórios, em conformidade com a o art. 7º, §3º, da lei federal n. 12.527/2011.

Principais datas:

- ✓ 04/07/2019 – Audiência Pública
- ✓ 11/10/2019 (previsão) – Minuta com adequações internas finalizada (Lei Orgânica DA carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário)
- ✓ 18/10/2019 (previsão) – Minuta com adequações propostas pelos Sindicatos finalizada (Lei Orgânica DA carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário)

Informações sobre o cronograma e as entregas do grupo de trabalho que subsidiará a elaboração do projeto de lei orgânica do Sistema Prisional e Socioeducativo.

Principais datas e marcos referentes às atividades do grupo de trabalho instituído em âmbito da Sejusp para elaboração, análise, consolidação e tratamento de dados acerca da minuta do projeto de lei das carreiras do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo:

- ✓ 04/07/2019 – Audiência Pública na ALMG no dia sobre a Lei Orgânica das carreiras do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo;
- ✓ 11/07/2019 – Reunião de alinhamento entre a Sejusp e o Sindasp-MG, em, para formulação das ideias centrais da minuta;
- ✓ 16/07/2019 – Reunião de alinhamento entre Sejusp, Seplag e Deputados Estaduais diretamente envolvidos com a temática Segurança Pública, para formulação das ideias centrais da minuta;
- ✓ 11/09/2019 – Reunião entre a Sejusp e a Seplag para avaliação do impacto econômico e financeiro;
- ✓ 25/09/2019 – Reunião entre Sejusp, Sindasp-MG e Amasp-MG para apresentação das ideias já consolidadas da minuta do projeto de lei e abertura a sugestões.

Informações sobre as ações de melhoria das unidades prisionais do Estado, que atualmente se encontram com capacidade máxima excedida.

Encontram-se em andamento, via contrato, as seguintes intervenções (reformas) em unidades prisionais:

- ✓ **Presídio Antônio Dutra Ladeira:** previsão de término em novembro de 2019;
- ✓ **Complexo Penitenciário Nelson Hungria:** previsão de término em outubro de 2019;
- ✓ **Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto:** previsão de término em novembro de 2019;
- ✓ **Penitenciária José Edson Cavaliere:** previsão de término em fevereiro de 2020;
- ✓ **Presídio de Cataguases:** previsão de término em janeiro de 2020.

Também, com fins de sanar as dificuldades das unidades que operam com a capacidade máxima excedida, informamos que está em curso um Plano de Nivelamento para distribuição equânime de Indivíduo Privado de Liberdade (IPL) entre as unidades prisionais, sendo uma das ações estratégicas para otimização dos espaços. Da mesma forma, temos feito gestão junto aos órgãos também responsáveis pela execução penal, no sentido de alteração do perfil de algumas unidades, adequando unidades às especificidades de grupos de IPL com naturezas comuns.

Embora o cenário de superlotação tenha reduzido de 72.696 (07/02/2019) para 71.655 (01/10/2019) presos no Sistema Prisional convencional, o

percentual de vagas oficiais interditadas aumentou de 52% para 55,8% em todo Estado. Outro aspecto relevante é o cenário de interdições da RMBH (1ª, 2ª, 3ª e 19ª RISPs), que cresceu de 60,7% para 76,3%, aumentando a necessidade do nivelamento do índice ocupacional entre as unidades prisionais e suas escassas vagas não interditadas.

Para além destas reformas, com o objetivo de nivelamento do índice ocupacional, estamos ampliados as vagas nas unidades sob gestão das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), conforme consta neste relatório (sendo 800 vagas para este ano e 2.445 até 2021); ampliação do uso de tornozeleiras; utilização de videoconferência para audiências (com finalidade de agilizar o contato do juiz com o IPL); publicação de portaria conjunta que estabelece ações coordenadas em forma de colaboração e implementação de políticas prisionais e penitenciárias, bem como do mutirão carcerário, a fim de verificar a situação jurídica de cada pessoa recolhida em estabelecimento prisional do Estado de Minas Gerais; e buscando parcerias para ampliações e reformas de algumas unidades.

Informações sobre o processo de redimensionamento do sistema prisional anunciado pela Sejusp, especificando-se quais unidades prisionais estão sendo ampliadas, quantas estão sendo construídas e a previsão para conclusão.

Obras que estão andamento com o aporte de recursos federais:

Unidades Prisionais em processo de ampliação

- a) **Alfenas:** com geração de 306 novas vagas e conclusão prevista para maio de 2020;
- b) **Divinópolis:** com geração de 306 novas vagas e conclusão prevista para junho de 2020;
- c) **Itajubá:** com geração de 306 novas vagas e conclusão prevista para outubro de 2020.

Unidade Prisionais em construção

- a) **Iturama:** com geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para julho de 2020;
- b) **Ubá:** com geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para novembro de 2020;
- c) **Frutal:** com geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para 2021;
- d) **Itaúna:** com geração de 306 novas vagas e conclusão prevista para 2021.

Informações sobre previsão de implementação de sistema de videoconferência nas unidades prisionais, a fim de viabilizar a realização de audiências e oitivas remotas, evitando o alto custo despendido no transporte de internos e garantindo a segurança dos servidores públicos, dos agentes prisionais e socioeducativos.

Com o intuito de viabilizar o projeto de Videoconferência a um custo de investimento baixo, a Superintendência de Tecnologia customizou e adequou o sistema que garantirá segurança e

controle de acesso nas conexões geradas entre o Judiciário estadual e a Secretaria e entre as áreas da Sejusp.

Foram realizados testes com kits de equipamento entre unidades e a Superintendência de Tecnologia (STIC). Participaram destes testes a PIEP, a CPNH, o Presídio de Floramar e o Presídio de Governador Valadares. Além disso, foi iniciado um processo de aquisição de webcams para atendimento de todas as unidades, com previsão para conclusão na segunda quinzena de novembro. Foi feito um pedido ao Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) para liberação de orçamento para aquisição de computadores, além da disponibilidade existente em estoque. O aumento de link em todas as unidades, necessário para atender ao projeto, depende de um novo termo de participação da REDE Governo (contrato de links entre operadora e PRODEMGE) gerido e licitado pela SEPLAG. A licitação, que será realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC) – SEPLAG, está prevista para ocorrer em novembro de 2019 com nova adesão pelos órgãos em janeiro de 2020.

A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) atuou em unidades cujo recurso da videoconferência já se encontra em funcionamento. Em Uberaba, liberando permissões de segurança na rede para funcionamento em outros pontos. No presídio de Floramar, com visita e apoio técnico para operacionalizar o projeto, dado que a unidade conseguiu os equipamentos. No Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, com visitas técnicas e ajustes técnicos para expandir o atendimento já realizado.

Atualmente, o cronograma de trabalho é o seguinte:

- ✓ Semana 01 (30/09 a 04/10) Entrega de equipamentos, adequação física e Implantação do projeto na Penitenciária e no Presídio de Governador Valadares.
- ✓ Semana 02 (07/10 a 11/10) Entrega de equipamentos, adequação física e Implantação do projeto em Patrocínio, Araxá.
- ✓ Semana 03 (14/10 a 18/10) Entrega de equipamentos, adequação física e *Implantação do projeto em Ponte nova, Mariana, Ouro Preto e Nova Lima*; acompanhamento e adequações para operacionalizar o projeto em Uberlândia.
- ✓ Semana 04 (21/10 a 25/10) Entrega de equipamentos, adequação física e *implantação do projeto no Complexo Penitenciário Nelson Hungria e no Presídio de Ipatinga*.
- ✓ Semana 05 (28/10 a 01/11) Adequação física e implantação do projeto em *Eugenópolis, Cataguases, Além Paraíba e Muriaé*.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (DDM)

Informações sobre as ações para prevenir e coibir as violências contra as mulheres e o crescimento dos feminicídios tentados e consumados.

As forças de Segurança Pública do Estado trabalham em diversas frentes para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher.

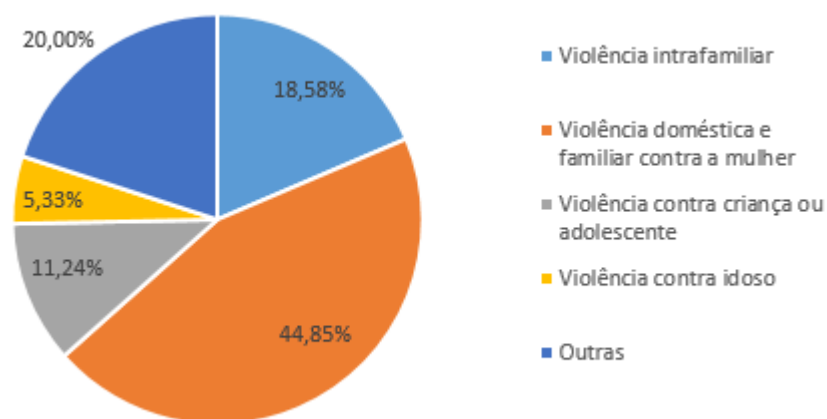
Neste ano, por exemplo, foi criado o Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios, com o objetivo de dar mais agilidade e eficiência às investigações de crimes de feminicídio consumado.

No Estado há 60 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), unidades da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) voltadas ao atendimento humanizado das vítimas que se deparam com qualquer espécie de violência doméstica. Nesse sentido, insta ressaltar que no âmbito da PCMG são desenvolvidas um rol de ações para fins de prevenção e coibição da violência contra mulheres e feminicídios tentados e consumados, tais como: encaminhamento da mulher aos outros órgãos da Rede de Atendimento à mulher, comunicação ao judiciário, qualificação dos servidores, palestras sobre violência familiar e doméstica contra a mulher em espaços diversos (exemplos: escolas, igrejas e universidades), realização de workshop em conjunto com a PMMG, entre outros.

A Polícia Militar possui a 1ª Companhia de Polícia Militar Independente de Prevenção à Violência Doméstica contra as Mulheres (PVD), pioneira no Estado e a segunda do país. Cabe à PVD prestar o segundo atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da triagem das ocorrências registradas no 190, na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) e demais delegacias que recebem este tipo de ocorrência. Os policiais, em geral, vão à casa de mulheres que estiveram envolvidas em algum tipo de ocorrência de violência doméstica e dão orientações de encaminhamento psicológico, social ou jurídico.

No âmbito da Sejusp, o setor que atua na prevenção à criminalidade desenvolve o programa Mediação de Conflitos (PMC), em que os atendimentos às mulheres são maioria, (aproximadamente 70%). De janeiro a agosto de 2019, o programa realizou cerca 22 mil atendimentos.

Atendimentos realizados pelo PMC - janeiro a agosto de 2019



Ao intervir de forma preventiva e/ou no enfrentamento à violência contra a mulher, o programa esclarece direitos, media conflitos e intervém na busca pela proteção da mulher que relata risco à vida. Esclarece, ainda, junto às mulheres, direitos que coabitam o ciclo da violência como reivindicações de paternidade, pensão de alimentos etc.

Para além do trabalho de prevenção e enfrentamento realizado com as mulheres, a Sejusp também atua com os homens agressores. Por meio da Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), homens processados e julgados por crimes relacionados à Lei Maria da Penha são encaminhados pela Justiça para participar de grupos reflexivos de

responsabilização sobre os atos cometidos. Durante os encontros, várias temáticas são discutidas e experiências trocadas, a fim de que os participantes se reconheçam enquanto autores responsáveis pela violência praticada e possam, assim, modificar seu comportamento. De janeiro a agosto de 2019, um total de 901 homens passaram pelo programa, participando das ações de responsabilização. No período, foram abertos 34 grupos, totalizando 267 encontros e 3.319 atendimentos nesta modalidade de acompanhamento, conforme tabela abaixo:

	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	Total
Número de grupos abertos no mês - AÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO - LEI MARIA DA PENHA	3	3	5	3	3	4	8	5	34
Número de encontros realizados por mês	20	16	35	36	25	35	54	46	267
Número de atendimentos realizados por mês	236	146	340	478	438	466	647	568	3.319

Em breve, o Governo capacitará 500 profissionais homens da segurança que trabalham com a temática violência contra a mulher. A ideia é qualificar o atendimento prestado às vítimas, a partir da sensibilização destes homens responsáveis, muitas vezes, pelo primeiro contato e atendimento das mulheres após o crime. A capacitação contará com profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais que estudam a temática e contribuirão com o treinamento dos profissionais da segurança pública, policiais militares e civis.

Disponibilização trimestral dos dados de violência contra as mulheres, bem como das medidas protetivas requeridas dos feminicídios tentados e consumados e das violências sexuais contra crianças, adolescentes e mulheres.

Informo que os dados de violência contra mulheres acima requerido são de competência da Diretoria de Estatística e Análise Criminal da Polícia Civil. Atualmente são disponibilizados dados semestrais, porém, considerando a demanda hora proposta, a PCMG fará a divulgação trimestral destes dados.

Os dados afeitos às medidas protetivas requeridas dos feminicídios tentados e consumados e das violências sexuais contra crianças, adolescentes e mulheres, carecem do estabelecimento de articulação entre Poderes e órgãos. Não há comunicação à Polícia Civil de Minas Gerais, pelo Poder Judiciário, quanto às medidas protetivas deferidas e indeferidas, comprometendo a continuidade da investigação criminal.

Informações sobre o plano de ação e cronograma das estratégias e diretrizes para a implantação da Rede de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, bem como da cadeia de vestígios, pactuados no âmbito do Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual (CEAHVIS).

A Divisão Especializada em Atendimento à Mulher do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – DEFAM da Polícia Civil, através da Chefia da Divisão, tem participado das reuniões e articulações junto ao CEAHVIS. O Acordo de Cooperação Técnica já foi devidamente elaborado pelo comitê e encontra-se em fase de análise pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde. Após posterior análise da Polícia Civil será realizada a assinatura das demais partes envolvidas e elaborado o cronograma de implantação no âmbito do CEHAVIS.

Comissão de Direitos Humanos (DHU)

Informações sobre os programas de prevenção criminal: Provita, PPCAAM e PPDDH-MG, apresentação do número de atendimentos realizados por cada um deles no Estado, se é possível a publicização desses dados e quais os recursos financeiros/orçamentários disponibilizados para a garantia desses programas.

A Sejusp declina competência em apresentar tais informações haja vista os programas supramencionados estarem alocados na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), competindo, portanto, àquela Secretaria a divulgação dos dados correspondentes.

Informações sobre disponibilização de recursos financeiros para a execução da política de prevenção social à criminalidade no Estado.

No período de janeiro a agosto de 2019, um recurso total de R\$ 20.595.404,42 (vinte milhões, quinhentos e noventa e cinco mil quatrocentos e quatro reais e quarenta e dois centavos) foi empenhado na Ação Orçamentária 1124 - Implantação de Serviços de Prevenção à Criminalidade e na Ação Orçamentária 4579 - Prevenção Social às Violências e Criminalidades, referentes à execução das atividades de prevenção à criminalidade em Minas Gerais.

Assim, a Política de Prevenção à Criminalidade realizou, aproximadamente, 180.000 ações de prevenção à criminalidade pelos programas Mediação de Conflitos, Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp).

Informações sobre o montante do orçamento gasto com a criação de novas vagas no sistema prisional e o cumprimento da Lei nº 22.864, de 8/1/2018, que impõe ao Poder Executivo a utilização de, no mínimo, 20% dos recursos orçamentários destinados à criação de novas vagas no sistema prisional para ampliação ou construção de novas unidades prisionais administradas por entidades civis.

Em que pese a Lei Orçamentária (LOA) 2019 não prever disponibilização recursos para ampliação ou construção de novas unidades prisionais na unidade orçamentária 1451 – Secretaria de Estado de Administração Prisional, está previsto o montante de R\$55.173.452,00 no grupo de despesa 3 – custeio, ação 4129 – Manutenção e Implantação de Metodologia de Custódias Alternativas, para manutenção das APACs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Conforme apurado em 02 de outubro de 2019, até então foi executado o valor de R\$24.020.541,22 na referida ação.

Ainda relativo às APACs, insta ressaltar que há previsão, até dezembro de 2019, de disponibilização de 800 novas vagas, das quais 410 correspondem à celebração de novas parcerias e 390 referem-se a ampliações. As metas estipuladas por esta Secretaria para promover o aumento do número de vagas em APACs para o Sistema Prisional mineiro estão

discriminadas no quadro abaixo:

Quadro: Aumento do número de vagas em APACs para o Sistema Prisional, com 2.445 novas vagas, passando de 3.708 (ref. dez/18) para 6.153 a partir de dez/22.

Meta:	Cumulativa	Ano	Previsto (Acumulado)
Unidade de Medida:	Unidade	2019	4.508
Referência/Ano:	3.708 (dez/2018)	2020	5.623
Periodicidade:	Anual	2021	6.153
Fórmula de Cálculo:	Número de Novas Vagas Geradas	2022	6.153

Fonte de dados: Depen/Sejusp

Informações sobre as estratégias de prevenção à saúde dos profissionais de segurança pública, estratégias de atendimento ao aumento de casos de depressão e de autoextermínio desses profissionais, em razão da sobrecarga de trabalho, a pressão e estresse inerentes às suas atividades.

A Sejusp está implementando dois programas de saúde do servidor que tenham como função atender às demandas dos servidores, através de ações de promoção, proteção, vigilância, prevenção e redução de agravos à saúde e perícia médica: o “Programa Cuidar de quem cuida do IPL” e o “Programa Cuidar de quem cuida do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa”.

Esses programas estarão em consonância com o “Programa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública” (Pró-Vida), sendo implementado em três eixos: atenção biopsicossocial; saúde e segurança no trabalho; e valorização profissional. Também terão conformidade com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criada pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, por sua vez, prevê “II - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública”.

Para além da criação dos referidos programas, a Diretoria de Atenção ao Servidor da Sejusp realizou as seguintes ações:

- ✓ visitas técnicas nas unidades e desenvolvimento de ações voltadas para o enfrentamento desse tema (julho a outubro/2019);
- ✓ campanha Setembro Amarelo: 04 peças de comunicação divulgadas nas redes sociais;
- ✓ campanha Outubro Rosa: 04 peças de comunicação – 01 divulgada e 03 a serem divulgadas;
- ✓ pesquisa Saúde e Qualidade de Vida do Servidor SEJUSP (questionário online) – Em execução;
- ✓ acolhimento de servidores por demanda espontânea (de junho a setembro/2019);
- ✓ 177 atendimentos de servidores (acolhimento e acompanhamento) realizados em setembro/2019.

A Diretoria de Atenção ao Servidor da Sejusp também faz o acompanhamento dos servidores

em ajuste funcional e dos pedidos de remoção por motivo de saúde, havendo, até o final do mês de setembro de 2019, 2.448 pedidos de remoção e 54 servidores em ajustamento funcional.

Informações sobre as estratégias de monitoramento, como construção de indicadores, dos dados de homicídio envolvendo a população LGBT, e sobre as ações de capacitação dos profissionais de segurança pública para o registro no Reds de informações como nome social, orientação sexual e identidade de gênero, informações fundamentais para a construção de políticas públicas.

No que tange às estratégias de monitoramento tais como construção de indicadores, insta mencionar que, atualmente, por meio do Armazém SIDS/REDS não é possível obter tal estatística, haja vista não haver, no referido armazém, campo parametrizado que traga informações a respeito de orientação sexual, identidade de gênero, nome social e causa ou motivação presumida “homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia”.

Salienta-se, no entanto, que esses campos já são preenchidos nos Registros de Evento de Defesa Social (REDS) desde 2016, sendo necessária a realização de manutenção evolutiva no Armazém SIDS/REDS para que tais informações passem a constar no Armazém, sendo possível a produção de relatórios estatísticos relacionados a população LGBT.

Nesse sentido, é importante frisar que o colegiado CTO-CINDS (Colegiado Técnico Operativo do Centro Integrado de Informações de Defesa Social, cujo quadro é composto por representantes das instituições que compõem o sistema de segurança pública) está em permanente articulação com a PRODEMGE (e, também, com os gestores do contrato entabulado com empresa pública de tecnologia da informação) com vistas a implementar e concretizar a manutenção evolutiva em questão no armazém SIDS REDS.

Já sobre as ações de capacitação dos profissionais de segurança pública para o registro no Reds, frisa-se que as corporações PMMG e PCMG possuem, já desde o curso de formação, ações voltadas para este fim.

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas (PCD)

Informações sobre a possibilidade de ampliação do número de escolas estaduais atendidas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG de forma a atender todos os municípios mineiros.

A Sejusp declina competência. O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) é de gestão da PMMG, cabendo à referida corporação a prestação de informações acerca da temática.

Informações sobre quais unidades prisionais estão sendo construídas e a previsão para conclusão, bem como a previsão para finalização do projeto de reestruturação da carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário.

I) Quanto às unidades prisionais em construção:

- ✓ Iturama: geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para julho de 2020;
- ✓ Ubá: geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para novembro de 2020;
- ✓ Frutal: geração de 388 novas vagas e conclusão prevista para 2021;
- ✓ Itaúna: geração de 306 novas vagas e conclusão prevista para 2021.

II) Quanto ao projeto de reestruturação da carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário:

Considerada a dependência da construção das minutas de lei de carreira do envolvimento de outros órgãos, a Sejusp não tem condições de definir data de finalização. Reitera-se, nesse ínterim, que os trabalhos seguem com a máxima celeridade e zelo que lhes são cabíveis.

Para ambas as minutas, foram concluídos, até o presente momento, os seguintes marcos, além de previsões referentes à minuta da carreira de Agente de Segurança Penitenciário:

- ✓ 04/07/2019 – Audiência Pública na ALMG no dia sobre a Lei Orgânica das carreiras do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo;
- ✓ 11/07/2019 – Reunião de alinhamento entre a Sejusp e o Sindasp-MG, em, para formulação das ideias centrais da minuta;
- ✓ 16/07/2019 – Reunião de alinhamento entre Sejusp, Seplag e Deputados Estaduais diretamente envolvidos com a temática Segurança Pública, em, para formulação das ideias centrais da minuta;
- ✓ 11/09/2019 – Reunião entre a Sejusp e a Seplag, em, para avaliação do impacto econômico e financeiro;
- ✓ 25/09/2019 – Reunião entre Sejusp, Sindasp-MG e Amasp-MG, em, para apresentação das ideias já consolidadas da minuta do projeto de lei e abertura a sugestões.
- ✓ 11/10/2019 (previsão) – Minuta com adequações internas finalizada (Lei Orgânica DA carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário).
- ✓ 18/10/2019 (previsão) – Minuta com adequações propostas pelos Sindicatos finalizada (Lei Orgânica DA carreira dos Agentes de Segurança Penitenciário).
